

4/9/82

MIL CONTOS DE MULTA

Uma multa de um milhão de meticals em moeda livremente convertida constitui a sentença aplicada ontem pelo Tribunal Marítimo da República Popular de Moçambique a Jan Smit, capitão da embarcação pesqueira sul-africana «Plumstead DNA 34» por violação e pesca em águas territoriais do nosso País.

A embarcação «Plumstead» foi apri-sionada a 20 de Agosto último pelas Forças de Guarda Costeira da Marinha de Guerra Moçambicana, junto à Inhaca, onde por uma avaria técnica encontrava-se imobilizada, depois de um aviso da Rádio Naval que interceptara no dia anterior uma mensagem expedida pelo pesqueiro solicitando apoio à empresa armadora «B. H. Prigge».

Feita busca por uma lancha da Marinha de Guerra, o pesqueiro foi encontrado fundeado junto à Inhaca, de onde veio a reboque para a Capitania do Porto do Maputo. O «Plumstead», cuja capacidade é de 47,27 toneladas de arqueação bruta, tinha a bordo algumas dezenas de quilos.

Segundo declarações de Jan Smit no inquérito preliminar, a avaria do motor da embarcação ter-se-ia dado ainda nas águas territoriais sul-africanas, tendo, o barco, vindo depois à deriva até à nossa zona. Porém veio a confirmar-se que nada disso tinha acontecido.

As diligências feitas, durante o julgamento, permitiram ainda provar que, entre os 18 homens, que compõem a tripulação do «Plumstead», três fizeram parte da tripulação do barco pesqueiro «Hawk 19», também de nacionalidade sul-africana, interceptado em Fevereiro último nas nossas águas.

O Tribunal Marítimo decretou ainda o confisco da embarcação e do pescado nele encontrado, fixou em 2500,00 MT o imposto de justiça para além de exigir o pagamento de 250,00 meticals da participação emolumentar do defensor oficioso.

Aquela instância jurídica provou que a embarcação «Plumstead» registada no porto de Durban, propriedade da «B. H. Prigge» penetrou nas águas territoriais moçambicanas a 15 de Agosto último, navegando com destino à área de Monte Belo ao largo da Barra do Limpopo, onde permaneceu durante cerca de um dia exer-

cendo a sua actividade pesqueira.

Ficou ainda provado que, contrariamente às declarações de Jan Smit feitas em Tribunal, a avaria do motor da embarcação «Plumstead» teve lugar dentro das águas territoriais moçambicanas em plena actividade pesqueira.

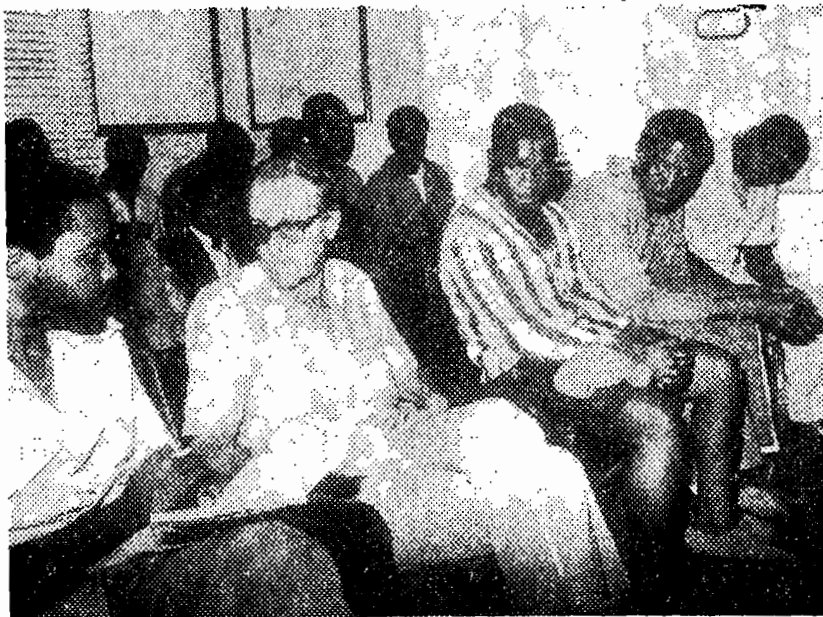
Apesar da recusa do capitão do barco, que afirmou até ao último momento da audiência não ter sido intencional a sua entrada ilegal nas nossas águas, o seu diário de navegação e os declarantes escolhidos entre a sua tripulação confirmaram o facto de Jan Smit ter partido de Durban com destino à zona de Monte Belo, onde, aliás, pesca habitualmente.

Por sua vez, Jan Smit, embora não tenha aceite durante o julgamento ter estado desta vez a pescar, declarou

não ser esta a primeira vez que viola as águas territoriais moçambicanas.

Todavia na tomada de decisão final pelo Tribunal, que decorreu sob presidência de Abdul Jalilo, coadjuvado pelos juizes Guilherme de Oliveira, da Secretaria do Estado das Pescas, e João Trindade, Juiz-Presidente do Tribunal Popular Provincial do Maputo, foi considerado como factor atenuante o facto de a embarcação não ser pertença de Jan Smit, estando este a trabalhar para um patrão.

Ainda ontem, momentos depois da leitura da sentença, o caso foi entregue às autoridades da Migração que deverão proceder às formalidades necessárias para o repatriamento de Jan Smit e restante tripulação do «Plumstead».



O réu Jan Smith, de óculos, condenado a mil contos de multa, por violar a soberania marítima da RPM